



# COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46

## Relatório da Administração 2014

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, em todos os projetos de PPP, a Companhia atua de forma coordenada com a Unidade de Parcerias Público-Privadas - UPPP. Em 2014 a CPP participou ativamente do acompanhamento dos contratos de PPP em execução e dos estudos para novas PPPs, seja por iniciativa do Poder Público, seja por iniciativa do setor privado, por meio das Propostas de Manifestação Interesse (PMI), além de gerir a sua carteira de ativos. No âmbito da Administração, após implantação das primeiras experiências e com maior familiaridade dos quadros técnicos com o novo formato de contratação, os contratos de PPP passaram a ser avaliados como uma opção concreta para a implantação de projetos em diferentes áreas. Além disso, com a edição do Decreto nº 57.289/11, que regulamentou o procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - MIP, o Governo também passou a receber de investidores interessados uma significativa quantidade de propostas para realização de estudos relativos a projetos de PPP, com objetos bastante diversificados. Ao final de 2012 foi ainda introduzida uma importante mudança na legislação federal de PPP, a qual também contribuiu de forma decisiva para a ampliação do rol de projetos passíveis de serem implantados por meio dessa modalidade de contratação. Mais especificamente, a Lei 12.766, de 27 de dezembro de 2012, passou a permitir que o Poder Concedente realize pagamentos (denominados Aportes de Recursos) ao parceiro privado, para realização de obras ou aquisição de bens reversíveis, ainda durante a fase de investimentos. Esta possibilidade tornou financeiramente mais atrativos os contratos de PPP em relação à situação anterior, na medida em que ampliou as possíveis estruturas de financiamento dos projetos por parte do Poder Concedente, especialmente nos casos em que os investimentos previstos são elevados e sua execução se estende por vários anos antes da fruição efetiva dos serviços por parte da Administração. No ano de 2014 o Estado de São Paulo, por meio de diferentes Secretarias, assinou três novos contratos de PPP: em 22.8.2014, o contrato de PPP da Linha 18 do Metrô, com tecnologia de Monotrilho e que ligará a estação Tamanduaí, em São Paulo, à estação Djalmá Dutra, em São Bernardo do Campo; em 02 e 03.09.2014, os contratos da PPP dos Complexos Hospitalares, para construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em três Complexos Hospitalares do Estado de São Paulo, em São Paulo (Centro de Referência em Saúde da Mulher), Sorocaba e São José dos Campos; e, em 19.12.2014, foi assinado o contrato da PPP da Rodovia dos Tamoios, que contempla a duplicação do trecho da Serra e a operação e manutenção do conjunto da rodovia e dos contornos de Caraguatuba e São Sebastião. Nos casos da Linha 18 e da PPP dos hospitais a CPP prestará garantias para as obrigações de pagamento assumidas pelo Poder Concedente. Dois outros projetos tiveram suas licitações homologadas em 2014 e os respectivos contratos de concessão devem ser assinados em 2015: a PPP do Sistema Integrado Metropolitano - SIM-da Baixada Santista, em 18.12.2014; e, em 20.12.2014, a PPP da Habitação, que visa, sob determinadas diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Habitação, ampliar a oferta de HIS e HMP no centro de São Paulo. Nesses dois casos a CPP também será garantidora de determinadas obrigações de pagamento assumidas pelo Estado de São Paulo. Além de participar da análise e desenvolvimento de todos esses projetos, manifestando-se formalmente conforme previsto na legislação paulista de PPP, a CPP formalizou em 2014 dois contratos de garantia, relativos a projetos de PPP licitados e contratados ainda em 2013: para a construção e operação da Linha 6 do Metrô e para a PPP da FURP - Fundação para o Remédio Popular. Essa ampliação da escala e a nova dinâmica de atuação do Programa Estadual de PPPs demandam atuação atenta, competência técnica e senso crítico dos órgãos de apoio governamental, para assegurar a implementação de projetos efetivamente alinhados com as políticas públicas vigentes e que traduzam a melhor opção para o Estado, tanto do ponto de vista da economicidade, como no que diz respeito à qualidade do objeto.

### 1. Contratos de PPP já assinados e em execução

**Linha 4-Amarela do Metrô de SP** - Acompanhamento da execução do contrato de concessão patrocinada firmado em 29.11.2006, por meio de seu representante na Comissão de Acompanhamento dos Contratos de PPP (CACPPP), criada pelo Decreto nº 52 152, de 11.09.2007. O contrato, que prevê a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante, e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A., tendo a CPP como interveniente garantidora. Em virtude da celebração do contrato de penhor entre a CPP e a Concessionária Via Quatro, em 22.12.2006, conforme previsto no contrato de concessão, a CPP acompanha o desempenho do Fundo RF Linha 4, que responde pela garantia solidária prestada pela CPP a determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito do contrato de concessão. A fase I da linha 4 entrou em operação comercial plena no mês de outubro de 2011 e as obras da fase II estão sendo executadas. **Estação de Tratamento de Água do Reservatório de Taiaçupeba** - O contrato de concessão administrativa, assinado em 18.06.2008 entre a Sabesp e a empresa CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, prevê a ampliação da estação de tratamento de água de Taiaçupeba e a execução de um conjunto de serviços pelo parceiro privado, incluindo a disposição e tratamento do lodo, pelo período de 15 anos. O acompanhamento de sua execução se dá por meio do representante da CPP na CACPPP. A concessionária já opera determinados serviços, incluindo tratamento e disposição do lodo, e entregou em março de 2011 as obras que ampliaram a capacidade da ETA para 15 m3/s conforme previsão contratual.

### Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000 / Modernização dos trens da Linha 8 (Diamante) da CPTM

Contrato de Concessão Administrativa com prazo de 20 anos, com fornecimento de 36 novos trens de 8 carros e opção de fornecimento de trens novos em lugar da modernização de 12 trens da CPTM. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção, em 19.03.2010. A CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos, e acompanha seus desdobramentos por intermédio de seu representante na CACPPP. A manutenção da frota atual vem sendo feita pela concessionária e todos os novos trens já foram entregues à CPTM e estão em operação. **Linha 6 (Laranja) do Metrô** - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação, manutenção e operação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim, com extensão de 15,9 km, 15 estações e 20 trens e atendimento de 600 mil passageiros/dia útil. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e o Consórcio Move SP (Odebrecht, Queiroz Galvão, UTC Participações e Fundo Eco Realty), em 18.12.2013. A CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento, e acompanha seus desdobramentos por intermédio de seu representante na CACPPP. Em 19.5.2014 foram consideradas cumpridas as obrigações preliminares do Estado e parceiro privado e deu-se formalmente início à vigência do contrato. As desapropriações já estão em curso e o primeiro aporte de recursos, com financiamento por parte do BNDES e de acordo com os eventos pré-definidos em contrato, ocorreu em dezembro de 2014. **FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro** - Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasileiro, com fornecimento de 129 tipos de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde. O contrato com a empresa EMS S/A foi assinado em 22.08.2013. A CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento. O acompanhamento da execução do contrato se dá por meio do representante da CPP na CACPPP. **SABESP: Sistema Produtor São Lourenço** - Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para construção e manutenção do Sistema Produtor São Lourenço, que destina-se a suprir a carência de abastecimento de água na Região Oeste da RMSP. O contrato, que prevê a implantação e manutenção de sistema produtor de água que deve gerar cerca de 4,7 m3/s de acréscimo no abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo foi assinado pela SABESP em 21.08.2013 com o consórcio SPSP (Camargo Correa e Andrade Gutierrez). As obras foram iniciadas em 2014 e devem ser entregues até 2018.

### 2. Contratos de PPP assinados em 2014

**Linha 18 (Bronze) do Metrô** - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de 13 estações e 15,7 km de linha através da tecnologia de monotrilho, interligando Tamanduaí (SP) a Djalmá Dutra, com atendimento de 405 mil passageiros/dia útil. A Consulta Pública ocorreu entre 05.07.2013 e 06.08.2013. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por analisar a modelagem final submetida ao CGPPP e o Edital de Concorrência, publicado em 03.02.2014. A licitação foi concluída em 2014 e o contrato assinado em 22.8.2014. **Hospitais** - PPP na modalidade Concessão Administrativa, para implantação, manutenção e operação dos serviços de apoio não assistenciais de 3 estabelecimentos assistenciais de saúde: Hospital de Emergência de Sorocaba (250 leitos),

Hospital de Emergência de São José dos Campos (158 leitos) e Hospital Pérola Byington Nova Luz (218 leitos). Projeto proposto originalmente por meio de Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada, com recebimento de estudos em 18.01.2013. O Edital de Concorrência foi republicado em 19.12.2013. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem definitiva e elaboração do Edital e minuta do Contrato. Licitação foi concluída em 2014 e os contratos dos dois lotes assinados em 02 e 03.09.2014. **Rodovia dos Tamoios** - PPP na modalidade Concessão Patrocinada, para exploração da operação da Rodovia SP-099, Contornos de Caraguatuba e São Sebastião, bem como para a execução das obras civis da ampliação do principal (trecho de duplicação da Serra). A Consulta Pública ocorreu entre 06.10.2013 e 06.12.2013. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por analisar a modelagem final submetida ao CGPPP e o Edital de Concorrência, publicado em 28.03.2014. A licitação foi concluída em 2014 e o contrato assinado em 19.12.2014.

### 3. Projetos de PPP com processos licitatórios já concluídos

**Habitação** - Após um longo processo de análise das possibilidades de implantação do projeto, que conta com o apoio do Município de São Paulo, definiu-se uma modelagem que previa a construção de 14.124 unidades habitacionais na região central de São Paulo, sendo 9.000 unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) e 5.124 unidades de Habitação de Moradia Popular (HMP), distribuídas em 4 lotes, com diretrizes urbanísticas pré-definidas e serviços como o trabalho social de pré e pós-ocupação, apoio à gestão condominial e gestão da carteira de mutuários. A modelagem final do projeto foi aprovada em 27.02.2014 no âmbito do Conselho Gestor e a licitação, realizada em 10.12.2014 e homologada em 20.12.2014, recebeu proposta para o Lote 1, com 3.683 moradias. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por analisar a modelagem final submetida ao CGPPP e o Edital de Concorrência e deverá prestar garantias a determinadas obrigações de pagamento do Estado.

### 4. Novos projetos de PPP em fase de estudos e desenvolvimento

Nessa frente, a atuação da CPP desenvolve-se em estreita colaboração com a Unidade de PPP e com a Secretaria Executiva do Conselho Gestor, ainda que com particular ênfase nos aspectos financeiros dos projetos apresentados. Em 2014, dentre os projetos que foram objeto de desenvolvimento sob coordenação da UPP está o **Sistema de Trens Intercidades**, objeto de MIP ainda no ano de 2013 e pensado inicialmente como uma PPP na modalidade Concessão Patrocinada, para construção de infraestrutura, implantação de equipamentos e de sistemas e compra de material rodante para operação de rede integrada de linhas ferroviárias de passageiros, conectando as cidades de Sorocaba, Mauá, São Caetano, Santo André, Jundiá, Campinas, Americana, São José dos Campos, Taubaté e Sorocaba a uma estação central na cidade de São Paulo. Foram aprofundados os estudos inicialmente recebidos para melhor definição de traçados, tecnologia e estimativas de investimentos, com vistas à futura proposição do projeto, de grande relevância para a mobilidade da região metropolitana de São Paulo.

### 5. Gestão Financeira

A administração financeira da CPP pauta-se pela otimização da utilização dos ativos inicialmente recebidos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação. Além de dois fundos exclusivos constituídos em garantia às obrigações firmadas no contrato de PPP da Linha 4 do Metrô e no contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, firmado entre o Estado de São Paulo e o BNDES, a CPP possui ações PNB de emissão da CESP, recebíveis do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) e disponibilidades aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A., os quais compõem um portfólio de ativos de boa qualidade e que estão aptos a serem utilizados para prestação de garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto a parceiros privados. Em janeiro de 2013 foi constituído o fundo exclusivo BB CPP Projetos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, com a finalidade de disponibilizar recursos do referido fundo para as obrigações assumidas em contratos de concessões a serem assinadas pelo Poder Concedente em Projetos de Parcerias Público-Privadas. Em 2014, a CPP formalizou garantias em dois contratos de PPP: em 03 de fevereiro de 2014, foi firmado Contrato de Penhor e Outras Avenças entre a FURP, a CPP, a Concessionária Paulista de Medicamentos (CPM) e com a intervenção do Banco do Brasil S.A, com vistas a cobrir até seis parcelas da Contraprestação mensal prevista no Contrato de Concessão, por meio de penhor de cotas do referido fundo, realizado em 24 de março de 2014 no valor de R\$ 42.138.371 (R\$ 44.988.648 na posição de 31 de dezembro de 2014); e, em 16 de maio de 2014 foi assinado o Contrato de Penhor e Outras Avenças para garantir o pagamento pela CPP de até seis contraprestações mensais à concessionária responsável pela implantação e prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo, por meio de penhor de cotas realizado em 26 de junho de 2014 no valor de R\$ 228.415.655 (R\$ 239.800.170 na posição de 31 de dezembro de 2014). Em 2014 ingressaram R\$ 99.687.517 (noventa e nove milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e dezesseis reais) correspondentes aos créditos dos recebíveis do DER, adquiridos em 2005 e 2006, relativos ao ônus fixo previsto nos contratos de concessão rodoviária firmados entre o Estado de São Paulo e as Concessionárias Autoban, Vianorte e Triângulo do Sol. Ingressaram, ainda, R\$ 42.690.212 (quarenta e dois milhões, seiscentos e noventa mil, duzentos e doze reais) correspondentes basicamente do recebimento de Juros sobre Capital Próprio das ações preferenciais de classe B de emissão da CESP-Companhia Energética de São Paulo adquirida pela CPP em 2006; e R\$ 3.093.014 (três milhões, noventa e três mil e quatorze reais), relativos às parcelas das amortizações das cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Não-Padronizado da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), subscritas em 2007 pelo valor total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), cujo vencimento final se deu em março de 2014. Tais montantes foram quase integralmente aplicados no Fundo Exclusivo BB CPP Projetos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo. No caso do Fundo de Investimento CPP - Linha 4 - Renda Fixa, administrado pelo Banco do Brasil e que respalda as obrigações solidárias assumidas pela CPP no Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4, seu patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 398.378.559 (trezentos e noventa e oito milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), com um crescimento que ficou acima da variação do CDI em relação à posição de 31.12.2013. No conjunto, a CPP apresentou em 2014 um lucro líquido de R\$ 171.854.438 (cento e setenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais), 77% superior ao apurado em 2013, basicamente em função da rentabilidade de suas aplicações financeiras (fundos e recebíveis) e do recebimento de juros sobre capital próprio por sua posição acionária na CESP. Em abril de 2014, o Conselho de Administração propôs e restou aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas a destinação, para o aumento de capital, do saldo declarado de juros sobre capital próprio do exercício de 2013, no montante de R\$ 35.652.142 (trinta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais), bem como da incorporação ao Capital da Companhia do montante da Reserva de Lucros Constituída em exercícios anteriores de R\$ 232.379.294 (duzentos e trinta e oito milhões, trezentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais), tendo sido pago aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio o montante correspondente ao dividendo mínimo obrigatório de R\$ R\$ 23.036.787 (vinte e três milhões, trinta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais). Em 2014, a CPP creditou aos seus acionistas, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ R\$ 62.220.052 (sessenta e dois milhões, duzentos e vinte mil e cinquenta e dois reais). Desse total, R\$ 33.085.414 (trinta e três milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e quatorze reais) já foram pagos no decorrer de 2014. A Companhia tem participação acionária na Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. correspondente a 20.000 ações ordinárias nominativas, na Companhia Paulista de Securitização-CPSEC correspondente a 1.000 ações ordinárias nominativas e na Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, de 20.000 ações ordinárias nominativas, integralizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, além da participação acionária na Companhia Energética de São Paulo - CESP, no montante de 13.793.103 ações preferenciais classe B, adquiridas em dez/2006. **A Administração.**

Balanço Patrimonial para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013				
Ativo	Nota Explicativa	R\$1	R\$1	
		31/12/14	31/12/13	
<b>Circulante</b>		<b>455.688.232</b>	<b>625.740.938</b>	
<b>Disponibilidades</b>		<b>417.741.694</b>	<b>566.376.771</b>	
Bancos conta movimento	3	2.144	89.274	
Aplicações Financeiras	3	417.739.550	566.287.497	
<b>Direitos Realizáveis</b>		<b>37.946.538</b>	<b>59.364.167</b>	
Créditos a receber	4	34.279.367	55.676.057	
Impostos a compensar	5	3.661.871	3.661.871	
Aluguel de equipamentos		5.300	5.600	
Outros Créditos		-	20.639	
<b>Não-Circulante</b>		<b>942.905.109</b>	<b>641.303.021</b>	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>742.757.829</b>	<b>641.153.636</b>	
Créditos a receber	4	24.292.495	47.217.388	
Títulos e valores mobiliários	7	-	203.281.359	
Fundo de investimento em Garantia	6	718.465.334	390.654.889	
<b>Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>200.139.993</b>	<b>140.000</b>	
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>7.287</b>	<b>9.385</b>	
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.398.593.341</b>	<b>1.267.043.959</b>	
Passivo				
Ativo	Nota Explicativa	R\$1	R\$1	
		31/12/14	31/12/13	
<b>Circulante</b>		<b>32.475.801</b>	<b>46.217.043</b>	
Fornecedores		21.585		
Obrigações tributárias		3.099.260	706.090	
Juros sobre o capital próprio a pagar	10	29.134.638	45.311.441	
Outras obrigações		220.318	199.512	
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.366.117.540</b>	<b>1.220.826.916</b>	
Capital social	11.a	1.184.908.008	916.876.573	
Reserva legal	11.b	43.594.550	38.112.831	
Reserva de lucros	11.c	137.614.982	265.837.512	
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.398.593.341</b>	<b>1.267.043.959</b>	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013				
Receitas(Despesas) Operacionais	Nota Explicativa	R\$1	R\$1	
		31/12/14	31/12/13	
<b>Receitas(Despesas) Operacionais</b>		<b>(4.171.786)</b>	<b>(4.894.431)</b>	
Administrativas		(4.171.786)	(4.894.431)	
Honorários de administradores e salários	12	(2.482.053)	(2.075.210)	
Publicação legal		(78.987)	(53.269)	
Serviços de terceiros		(277.277)	(79.116)	
Despesas gerais e administrativas		(564.343)	(218.065)	
Despesas tributárias		(766.998)	(772.500)	
Depreciação e amortização		(2.128)	(3.778)	
Outras indedutíveis		-	(1.692.493)	
Financeiras	11.d	151.311.400	58.062.259	
Receitas financeiras		169.682.798	96.157.650	
Juros sobre o capital próprio	10	(62.220.052)	(58.688.928)	
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio Cesp		43.848.700	19.544.207	
Outras receitas (despesas) financeiras		(46)	-	
Variação Monetária Ativa		-	1.049.330	
Outras receitas operacionais		20.672		
<b>Lucro Antes dos Tributos Sobre o Lucro e Reversões</b>		<b>147.160.286</b>	<b>53.167.828</b>	
Imposto de renda	13	(27.449.368)	(10.919.941)	
Contribuição social sobre o lucro	13	(10.076.532)	(3.939.819)	
<b>Lucro Antes das Reversões</b>		<b>109.634.386</b>	<b>38.308.068</b>	
Reversão dos juros sobre o capital próprio		62.220.052	58.688.928	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>171.854.438</b>	<b>96.996.996</b>	
- Lucro por lote de mil ações		145	106	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013				
Atividades Operacionais	Nota Explicativa	R\$1	R\$1	
		31/12/14	31/12/2013	
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>R\$ 1</b>	<b>R\$ 1</b>	
Valores Recebidos DER		99.687.517	117.872.241	
Valores Recebidos Juros sobre capital próprio e/ou dividendos		42.690.212	18.367.096	
Valores Pagos a Fornecedores e Empregados		(2.651.380)	(2.206.063)	
Outros Recebimentos		-	350.000	
Rendimentos de Aplicações		38.959.753	31.866.954	
Outros Recebimentos		-	-	
Outros Recebimentos Amortização FIDC		3.093.014	13.432.144	
Valores Pagos de tributos		(16.425.442)	(594.481)	
Outros pagamentos líquidos		(690.012)	(317.684)	
Despesas Bancárias/Multas e Juros				
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais</b>		<b>164.663.662</b>	<b>178.770.207</b>	
<b>Atividades de Investimento</b>		<b>(42.138.371)</b>	<b>-</b>	
Garantia FURP - BB FI CPP Projetos		(42.138.371)	-	
Garantia Projeto Linha 6 - BB FI CPP		(228.415.655)	-	
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades de Investimento</b>		<b>(270.554.026)</b>	<b>-</b>	
<b>Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	
Aumento de Capital		-	-	
Pagamentos de Lucros e Dividendos/Juros Capital Próprio		(42.744.713)	(25.678.083)	
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades de Financiamentos</b>		<b>(42.744.713)</b>	<b>(25.678.083)</b>	
<b>Disponibilidades líquidas das atividades</b>		<b>(148.635.077)</b>	<b>153.092.124</b>	
Início Período		566.376.771	413.284.647	
Final Período		417.741.694	566.376.771	
<b>Aumento (Diminuição) das Disponibilidades</b>		<b>(148.635.077)</b>	<b>153.092.124</b>	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

... continua



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fins em 31 de dezembro 2014 e 2013							
Contas Especificações Saldos em 31/12/12	Nota Explicativa	Capital		Reserva	Reserva	Lucros ou Prejuízos	R\$1
		Subscrito	Total	Legal	de Lucros	Acumulados	Total
		<b>890.647.671</b>	<b>890.647.671</b>	<b>33.262.981</b>	<b>232.504.378</b>		<b>- 1.156.415.030</b>
Aumento de capital através da integralização dos Juros sobre Capital Próprio, conforme A.G.O.E. de 30/04/2013		26.228.902	26.228.902				26.228.902
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(58.688.928)	(58.688.928)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	96.996.996	96.996.996
Constituição de reserva		-	-	4.849.850	-	(4.849.850)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(125.084)	(125.084)
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	-	33.333.134	(33.333.134)	-
<b>Saldos em 31/12/13</b>		<b>916.876.573</b>	<b>916.876.573</b>	<b>38.112.831</b>	<b>265.837.512</b>		<b>- 1.220.826.916</b>
<b>Saldos em 31/12/13</b>		<b>916.876.573</b>	<b>916.876.573</b>	<b>38.112.831</b>	<b>265.837.512</b>		<b>- 1.220.826.916</b>
Aumento de capital através da integralização dos Juros sobre Capital Próprio, conforme A.G.O.E. de 30/04/2014		35.652.141	35.652.141				35.652.141
Aumento de capital através da integralização das Reservas de Lucro, conforme A.G.O.E. de 30/04/2014		232.379.294	232.379.294		(232.379.294)		-
Juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	-	(62.220.052)	(62.220.052)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	171.854.438	171.854.438
Constituição de reserva	11.b	-	-	5.481.719	-	(5.481.719)	-
Ajustes de exercícios anteriores	14	-	-	-	-	4.097	4.097
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	-	104.156.764	(104.156.764)	0
<b>Saldos em 31/12/14</b>		<b>1.184.908.008</b>	<b>1.184.908.008</b>	<b>43.594.550</b>	<b>137.614.982</b>		<b>- 1.366.117.540</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios fins em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

**1. Contexto Operacional**

A COMPANHIA PAULISTA DE PARCELIAS - CPP é uma sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Estadual nº 11.688/04, constituída em 06 de agosto de 2004. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu artigo 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. **Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na LSA nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). a) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. b) Uso de estimativas e julgamentos-A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. **Demonstração do Valor Adicionado** - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**2. Principais Práticas Contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Moeda estrangeira - No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira. b) Caixa e equivalentes de caixa - Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. c) Instrumentos financeiros - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à preservação de sua capacidade financeira para apoiar, observadas as diretrizes e os limites legais para sua atuação, a viabilização de projetos de interesse da administração do Estado de São Paulo. A estimativa para a realização de valores de ativos e passivos financeiros da companhia foi determinada por meio de informações disponíveis no mercado, quando aplicáveis. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. d) Imobilizado - **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações. Móveis e utensílios 10 anos Softwares e Equipamentos de informática 5 anos e) Provisões - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. f) Auração do Resultado - A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros dos Direitos Creditórios oriundos da DER e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. A despesa operacional é formada pelo montante de juros sobre capital próprio, bem como demais despesas vinculadas à operação da Companhia. As receitas e despesas são apropriadas ao resultado com base nas taxas de juros efetivas das operações. g) Imposto de Renda e Contribuição Social - O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no ano para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substitutivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

**3. Caixas e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos	2.144	89.274
Aplicações Financeiras (*)	417.739.550	566.287.497
	<b>417.741.694</b>	<b>566.376.771</b>

(\*) Relação das aplicações financeiras em fundos de investimento em 31/12/2014: (i) Conta Banco do Brasil - CDB - DI no valor de R\$ 2.085.144; (ii) Conta Banco do Brasil - FI CPP Projetos no valor de R\$ 17.820.867; (iii) Conta Banco do Brasil - FI - CPP Projetos no valor de R\$ 393.346.669; (iv) Conta Banco do Brasil - FI CPP BNC Pub Master no valor R\$ 274.954; (v) Conta Banco do Brasil - FI CPP BNC Pub Master no valor R\$ 4.211.916. As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a 99% do CDI.

**4. Créditos a Receber**

Referem-se aos direitos de crédito de titularidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, correspondentes ao ônus relativo aos contratos de concessão rodoviária firmados entre DER/SP e as concessionárias Autoban, Triângulo do Sol e Vianorte, adquiridos pela companhia em 29 de agosto de 2005, pelo valor de R\$ 200.492.446. Esses créditos foram realizados dentro do cronograma definido, no período de 2006 a 2013. Em 05 de setembro de 2006 foi firmado um aditivo ao contrato de cessão de direitos de crédito entre a CPP e o DER/SP. Por meio do aditivo, a CPP adquiriu mais uma parcela do fluxo de recebíveis referente ao ônus fixo relativos aos contratos acima mencionados, pelo valor de R\$ 100.000.000. O recebimento dos novos créditos deverá ocorrer no período entre 2007 a 2016. Em Janeiro de 2007 a Companhia concluiu a aquisição de créditos a vencer no exercício de 2014 no total de R\$ 37.600.685, conforme previsto no contrato firmado em 29 de agosto de 2005. Os créditos vencendo em 2014 foram adquiridos em quatro parcelas trimestrais, perfazendo um desembolso total de R\$ 18.312.161. Em Março de 2008 a CPP cedeu em favor do BNDES, os créditos relativos à concessionária Vianorte, conforme disposto no Contrato de Penhor BNDES e na 2ª Alteração do Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 24 de novembro de 2009, conforme deliberação do Conselho de Administração, a CPP autorizou o Poder Concedente a utilizar as parcelas de recebíveis correspondentes ao pagamento do ônus fixo, de titularidade da CPP, devido pela concessionária Autoban, relativas aos períodos de novembro de 2009 e abril de 2010 substituindo-as por outras, de igual natureza, referentes aos anos entre 2015 a 2016. Em 13 de janeiro de 2010 essa alteração foi formalizada por meio de aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Créditos. Em 28 de fevereiro de 2011 a CPP assinou, como interveniente-garantidora, o Aditivo nº 06 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, de 27 de junho de 2002, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Por força do referido aditivo, a CPP vinculou ao contrato a integralidade das quotas do fundo exclusivo BB Renda Fixa CPP LP LIC FI, especificamente criado para prestação de garantia ao BNDES, e parte dos recebíveis que adquiriu junto ao DER, correspondentes ao contrato da Concessionária Triângulo do Sol. O fluxo total a receber entre Janeiro de 2015 e Dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir, é de R\$ 131.089.963. O ônus fixo é reajustado anualmente pelo IGP-M, em 1º de julho.

Ano	Autoban	Triângulo do Sol	Via Norte	Total
2014	2.345.669	507.326	1.103.002	3.955.997
2015	49.904.755	4.684.193	8.978.035	63.566.983
2016	49.904.755	4.684.193	8.978.035	63.566.983
<b>Total</b>	<b>102.155.179</b>	<b>9.875.712</b>	<b>19.059.072</b>	<b>131.089.963</b>

A distribuição entre os ativos circulante e realizável a longo prazo foi efetuada levando-se em consideração os prazos de realização previstos no cronograma firmado e pelo valor do principal, devidamente atualizado. Os valores a receber a título de juros são contabilizados à medida do seu efetivo recebimento mensal e integram apenas o ativo circulante.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	34.279.367	55.676.057
Realizável a Longo Prazo	24.292.495	47.217.388
	<b>58.571.862</b>	<b>102.893.445</b>

**5. Impostos a Compensar**

Em 2012 a Companhia realizou um levantamento do histórico dos registros dos créditos tributários no sentido de determinar suas origens e desagregá-los por ano de competência, já por recomendação da Auditoria Externa. Foram assim desagregados os valores que correspondiam aos créditos tributários do período de 2007 a 2012. Em 2013 procedeu-se a uma revisão detalhada desses valores, inclusive tendo em vista a utilização dos respectivos saldos para pagamento de IRPJ e CSLL estimados de exercícios seguintes, realizando desta forma ajustes relativos à atualização monetária pela SELIC do saldo negativo de IRPJ do exercício de 2010 e reconciliação dos saldos negativos de CSLL do exercício de 2007 e do saldo negativo de IRPJ/CSLL do exercício de 2011. Os créditos de impostos a compensar estão assim distribuídos:

	31/12/2014	31/12/2013
PIS/COFINS/CS A Recuperar	998	998
IRPJ SALDO NEGATIVO 2007 (a)	524.585	524.585
IRPJ SALDO NEGATIVO 2010	65.266	65.266
IRPJ SALDO NEGATIVO 2012	1.225.754	1.225.754
IRPJ SALDO NEGATIVO 2013	1.845.268	1.845.268
	<b>3.661.871</b>	<b>3.661.871</b>

(a) A companhia registra saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2007, o qual não foi utilizado para compensações de tributos, visto que os impostos devidos deste ano foram compensados com o saldo negativo de 2006, que não foi ainda reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A companhia apresentou recurso administrativo junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no qual procurou demonstrar a origem e a pertinência dos créditos. O recurso ainda está em análise e pendente de julgamento pelo CARF.

**6. Fundo de Investimento em Garantia**

A CPP possui hoje quatro fundos de investimento vinculados a garantias oferecidas pela companhia a operações do Estado de São Paulo. O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP - Linha 4-Renda Fixa, constituído pela CPP para atender as obrigações previstas no contrato de concessão patrocinada na Linha 4 do Metrô, assinado em 29 de Novembro de 2006. A CPP é titular única e exclusiva das cotas, cuja totalidade foi dada em penhor à Concessionária da linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., por meio de contrato assinado em 22 de dezembro de 2006. Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso na entrega da obra (R\$ 150.000.000), e no pagamento da contraprestação pecuniária (R\$ 60.000.000). O valor originalmente aplicado de R\$ 173.500.000, acrescido de rendimentos líquidos auferidos até 31 de dezembro de 2014, e totalizando R\$ 398.378.559 (R\$ 358.407.537 na posição de 31 de dezembro de 2013), deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. O segundo é o Fundo BB Renda Fixa CPP LP LIC FI, cujo patrimônio líquido na posição de 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 35.297.956 (R\$ 32.247.352 na posição de 31 de dezembro de 2013), que foram integralmente vinculadas ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**

	R\$	
	31/12/14	31/12/13
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>109.634.386</b>	<b>38.308.068</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>4.097</b>	<b>(125.084)</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>109.638.483</b>	<b>38.182.984</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Demonstração do Valor Adicionado Para os Exercícios Fins em 31 de dezembro de 2014 e 2013		
Descrição	R\$ 1	R\$ 1
	31/12/14	31/12/13
1-Recitas	43.869.372	19.544.207
Outras Receitas-JCP	43.848.700	19.544.207
Outras Receitas Operacionais	20.672	-
2-Insumos Adquiridos de Terceiros	920.607	2.042.943
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	920.607	2.042.943
3-Valor Adicionado Bruto (1-2)	42.948.765	17.501.264
4-Depreciação, Amortização e Exaustão	2.128	3.778
5-Valor Adicionado Líquido		
Produzido pela Entidade (3-4)	42.946.637	17.497.486
6-Valor Adicionado Recebido em Transferência	169.682.799	97.206.981
Receitas Financeiras	114.319.962	30.087.792
Outras DER	55.362.837	67.119.189
Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	212.629.436	114.704.467
Distribuição do Valor Adicionado	212.629.436	114.704.467
Pessoal	2.482.054	2.075.210
Remuneração Direta	2.002.250	1.659.366
Benefícios	29.207	-
FGTS/INSS	450.597	415.844
Impostos Taxas e Contribuições	38.292.898	15.632.261
Federalis-IRPJ/CSLL	37.525.900	14.859.760
Federalis-PIS/COFINS	714.380	725.885
Municipais	52.618	46.616
Remuneração do Capital de Terceiros	46	-
Outras	46	-
Remuneração de Capitais Próprios	171.854.438	96.996.996
Juros sobre o Capital Próprio	62.220.052	58.688.928
Lucros retidos/Prejuízo do Exercício	109.634.386	38.308.068

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

- BNDES e o Estado de São Paulo em 27 de junho de 2002. Por força do Aditivo nº 6, celebrado em 28 de fevereiro de 2011 e assinado pela CPP na qualidade de interveniente-garantidora, as cotas do referido fundo foram dadas em complementação às garantias já existentes no contrato e permitiram a liberação de outros ativos de titularidade do Estado anteriormente dados em garantia. Em 13 de outubro de 2014, por meio da correspondência Carta AS/DEURB 078/2014, o BNDES concordou com a liberação, conforme previsão contratual, de 11.200.000 cotas do fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimento, as quais permanecem ainda aplicadas no referido fundo, por opção da companhia, em função do bom desempenho do fundo às opções disponíveis de aplicação. Em janeiro de 2013, a CPP constituiu o Fundo de Investimento CPP Projetos, com objetivo de concentrar em um fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. A primeira garantia constituída com base nesse fundo foi o penhor de parte das cotas do Fundo CPP Projetos, em 24/03/2014, no valor de R\$ 42.138.371 (R\$ 44.988.648, na posição de 31 de dezembro de 2014), com vistas a garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela implantação da PPP da Fundação para o Remédio Popular - FURP, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interventora Garantidora, da CPP. A garantia da CPP visa cobrir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal prevista no Contrato de Concessão e foi formalizada por meio do Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a FURP, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A. A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de 203.958.857 cotas do Fundo CPP Projetos em 26/jun./2014, no valor de R\$ 228.415.655 (R\$ 239.800.170, na posição de 31 de dezembro de 2014), para garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão, compreendendo uma linha com 15,3 km de extensão.

**7. Títulos e Valores Mobiliários**

Em continuidade à diversificação e ao desempenho de sua função de garantidora de obrigações e de viabilizadora de projetos de interesse da administração do Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu em 05 de março de 2007, 50 cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) - FIDC NP CPTM, no valor de R\$ 1.000.000 cada, totalizando R\$ 50.000.000. O FIDC foi lastreado no fluxo de receitas de bilheteria de estações designadas da CPTM e a remuneração da CPP correspondeu à taxa exigida pelos cotistas sêniores no processo de bookbuilding, acrescida de 0,75%. As amortizações do fundo foram realizadas em 72 parcelas mensais e consecutivas, cujo início se deu em abril de 2008 e cujo encerramento ocorreu em março de 2014. Em 31/12/2013 estava registrado nessa rubrica o valor correspondente à aquisição de ações da CESP, realizada pela CPP em 2006. Entendeu-se que o valor correspondente a R\$ 200 milhões estaria melhor classificado na conta de Investimento, conforme Nota Explicativa nº 8.

**8. Investimento - Participação Societária**

**Participação na CESP** - Visando a diversificação de seus ativos, a Companhia, em 18 de Setembro de 2006, concluiu junto ao Estado de São Paulo a aquisição de 13.793.103.448 ações preferenciais de classe B de emissão da CESP-Companhia Energética de São Paulo, ao preço de R\$ 14,50 por lote de mil ações, apurado por meio de processo de coleta de intenções de investimento disciplinado pela CVM (bookbuilding), no âmbito do processo de capitalização da CESP levado a efeito em 2006, no montante de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais). Em razão do agrupamento de ações realizado pela CESP, na proporção de 1.000 ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe, deliberado pelo Conselho de Administração da CESP em 06 de julho de 2007 e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2007, a CPP passou a ser detentora de 13.793.103 ações preferências classe B de emissão da CESP correspondente ao montante de R\$ 199.999.993,50 a participação da CPP. **Participação na Desenvolve SP** - A CPP participou da constituição da Nossa Caixa Desenvolvimento-Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP), por meio da aquisição de parte dos títulos públicos federais que foram vinculados à conta especial aberta pelo Estado de São Paulo junto ao Banco Central do Brasil - BACEN, em 08/dez/08, no montante total de R\$ 199.999.273, dos quais R\$ 199.980.000 correspondentes à participação do Estado de São Paulo e R\$ 19.273 à participação da CPP. Em 26 de março de 2009, a CPP integralizou R\$ 727 adicionais, necessários para que se atingisse o capital inicial de R\$ 200.000.000, proposto ao BACEN no plano de negócios. O total da participação acionária da CPP no capital da Desenvolve SP é de 20.000 ações ordinárias nominativas. **Participação na CPSEC** Em 15 de outubro de 2009, a CPP integralizou R\$ 100.000 (cem mil reais), correspondentes à subscrição de 1.000 ações ordinárias nominativas, como sócio fundador da Companhia Paulista de Securitização-CPSEC, com participação correspondente a 10% do seu capital social de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais). A CPSEC foi constituída em 15 de outubro de 2009 conforme Assembleia Geral de constituição por Subscrição Particular da referida Companhia, sendo os 90% restantes do capital social subscritos integralmente pelo Estado de São Paulo, representados por 9.000 ações ordinárias nominativas. **Participação na CPETUR** Em 04 de março de 2010 a CPP integralizou, como sócio fundador, R\$ 20.000 (vinte mil reais), correspondentes à subscrição de 20.000 ações nominativas sem valor nominal da Companhia Paulista de Eventos e Turismo-CPETUR, correspondentes a 1,0% do capital social, em conformidade com a Assembleia Geral de Constituição da mencionada companhia em 12 de janeiro de 2010.

**9. Imobilizado**

**Avaliação do Valor Recuperável de Ativos** - Os ativos não financeiros da companhia, incluindo imobilizado, encontram-se contabilizados de acordo com os valores de mercado e compatíveis com a vida útil dos mesmos, não tendo a companhia identificada evidências que indiquem que o valor contábil possa ser não recuperável. Nesse sentido, observando as orientações constantes da NBC TG 01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e



...continuação

NBC TG 27 (R2) - Imobilizado, a companhia avaliou que não há indicativo de perda por impairment e optou, em função da natureza dos referidos ativos e da pouca representatividade dos valores correspondentes, em depreciá-los de acordo com as taxas estabelecidas na legislação fiscal

**10. Juros Sobre Capital Próprio**

O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 29.134.638, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

Saldo em 31/12/2013	R\$ 45.311.441
Juros sobre Capital destinado ao aumento de capital (R\$ 35.652.142)	(R\$ 35.652.142)
Juros sobre Capital provisionados no período	R\$ 62.220.052
Juros sobre Capital Próprio pagos no período (R\$ 42.744.713)	(R\$ 42.744.713)
Saldo em 31/12/2014	R\$ 29.134.638

A companhia, dada sua condição de sociedade de economia mista, sujeita-se, conforme determina o artigo 173 da Constituição Federal, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributárias. Nesse sentido, utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei no 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante e o reflexo fiscal é reconhecido no resultado do exercício. Do ponto de vista do acionista, os juros sobre o capital próprio creditados pela companhia ficam sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário, conforme dispõe o artigo 9º, §2º, da Lei no 9.249/95. O Estado de São Paulo, acionista majoritário da companhia, que detém 99,99% do seu capital social, possui imunidade constitucional no que diz respeito à tributação sobre sua renda, por força do disposto no artigo 150, VI, da Constituição Federal, razão pela qual a companhia não retém, na fonte, o valor correspondente à alíquota de 15%. Importante observar que os JCP pagos ao Estado são imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 25% previstos estatutariamente, cujo recebimento pelo Estado, como receita, igualmente se encontra albergado na imunidade constitucional citada. Já no que diz respeito ao acionista minoritário COSESP, a referida empresa, também uma sociedade de economia mista, não goza de imunidade em relação ao imposto de renda, sendo, a rigor, cabível a retenção, pela CPP, da alíquota de 15% sobre os JCP a ela creditados. O valor correspondente à retenção de 15% sobre o montante de JCP pago à acionista COSESP é da ordem de R\$0,12, situando-se abaixo do valor mínimo de recolhimento previsto no artigo 68 da Lei 9.430 de 27/12/1996.

**11. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social** - Em 31 de Dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.184.908.008 em moeda corrente nacional, composto pela participação do Estado de São Paulo, com 1.184.907.992 ações ordinárias nominativas, correspondentes a R\$ 1.184.907.992, e da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosep, com 15 ações ordinárias nominativas, correspondente a R\$ 16.

**b) Reserva Legal - Mudança de Prática Contábil** - A companhia passou a adotar, a partir do presente exercício, como base para o cálculo da Reserva Legal-correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício-o valor do lucro líquido apurado antes da reversão da despesa correspondente ao pagamento dos juros sobre o capital próprio determinada pela Deliberação CVM 207, de 13/12/1996, entendendo que essa prática é a que melhor se coaduna com o que determina o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. **c) Reserva de Lucros** - São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do artigo 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia. **d) Resultado do período** - O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente com operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	114.316.827	29.038.461
Juros e Correção Monetária sobre direitos de crédito	55.362.836	67.119.189
Recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio	43.848.700	19.544.207
Outras Receitas Financeiras	3.135	1.049.330
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>213.531.498</b>	<b>116.751.187</b>
Juros sobre capital próprio	-62.220.052	-58.688.928
Outras Despesas Financeiras	-46	-
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>-62.220.098</b>	<b>-58.688.928</b>
<b>Resultado Financeiro Positivo</b>	<b>151.311.400</b>	<b>58.062.259</b>

**12. Honorários de Administradores e Salários**

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Contador</b>
<b>Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos</b> <b>Hamilton Chohfi</b> <b>Karla Bertocco Trindade</b> <b>Mario Engler Pinto Junior</b> <b>Philippe Vedolim Duchateau</b>	<b>Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos</b> <b>Cláudia Polto da Cunha</b> <b>Tomás Bruginski de Paula</b>	<b>Renato Vieira Pita</b> CRC 1SP215876/O-8

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, complementados por Notas Explicativas, Proposta de Destinação do Lucro Líquido, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nos exa-

mes realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes STAFF Auditores e Consultores S/S, sem ressalvas, datado de 26 de março de 2015, e na aprovação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2015, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Contábeis estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer. São Paulo, 27 de março de 2015.

<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>
------------------------------	---------------------------------------

**13. Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A provisão para o imposto é calculada à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10%, o que exceder a R\$ 240.000/ano sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente. A provisão para a contribuição social é calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente. A seguir, demonstrativo do calculo do IRPJ e CSSL do exercício de 2014:

Lucro Contábil	R\$ 147.160.286
(+) Adições	R\$ 926.392
(-) Exclusões	(R\$ 36.125.207)
Base de Calculo	R\$ 111.961.471
IRPJ 15%	R\$ 16.794.221
(-) Patrocínio	(R\$ 517.000)
Adicional de 10% (o que exceder R\$ 240.000)	R\$ 11.172.147
<b>IRPJ Devido</b>	<b>R\$ 27.449.368</b>
Lucro Contábil	R\$ 147.160.286
(+) Adições	R\$ 926.392
(-) Exclusões	(R\$ 36.125.207)
Base de Calculo	R\$ 111.961.471
<b>CSSL Devido - 9%</b>	<b>R\$ 10.076.532</b>

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais entre elas: i-Integração da legislação tributaria as normas societárias; ii -Revogação do Regime Tributário de Transição - RIT; iii-Não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014. A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida Lei, entende que não haverá elevação de carga tributaria em relação a legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano calendário de 2014 e, com isso, não optou pela aplicação antecipada da Lei no exercício de 2014.

**14. Ajustes de Exercícios Anteriores**

Apresentamos a seguir os ajustes de exercícios anteriores do exercício de 2014:

IRPJ e CSSL Exercício 2013	<b>31 de dezembro e 2014</b>
Devolução Pagamento Indevido	(R\$ 275)
Total de ajustes de exercícios anteriores	R\$ 4.372
A administração entende que o valor líquido dos ajustes no montante de R\$ 4.097 não representam materialidade para atender a NBC TG 23/CPC 00.	R\$ 4.097

**15. Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Conciliação Entre Lucro Líquido e Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais**

A Companhia apresentou o fluxo de caixa pelo método direto porém, em atendimento ao CPC 03 (R2), também divulgou a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido apurado pelas atividades operacionais, demonstrando, separadamente, os principais itens que representam a manutenção da capacidade operacional da Companhia a seguir demonstrados:

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Lucro do exercício antes das participações</b>	<b>109.634.386</b>	<b>38.308.068</b>
Depreciação	2.128	3.778
Dividendos Recebidos	62.220.052	58.688.928
<b>Ajuste no Resultado</b>	<b>171.856.566</b>	<b>97.000.774</b>
<b>Variações Patrimoniais</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber	(21.396.690)	39.961.971
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	0	9.989.293
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(20.939)	331.761
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	(2.797.892)	(25.696)

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Contador</b>
<b>Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos</b> <b>Hamilton Chohfi</b> <b>Karla Bertocco Trindade</b> <b>Mario Engler Pinto Junior</b> <b>Philippe Vedolim Duchateau</b>	<b>Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos</b> <b>Cláudia Polto da Cunha</b> <b>Tomás Bruginski de Paula</b>	<b>Renato Vieira Pita</b> CRC 1SP215876/O-8

**Parecer do Conselho Fiscal**

mes realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes STAFF Auditores e Consultores S/S, sem ressalvas, datado de 26 de março de 2015, e na aprovação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2015, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Contábeis estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer. São Paulo, 27 de março de 2015.

**Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Paulista de Parceiras - CPP - São Paulo/SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da **Companhia Paulista de Parcerias** - CPP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAUUSTA DE PARCERIAS- CPP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Parágrafos de ênfase** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, os ativos não financeiros da companhia, incluindo imobilizado, encontram-se contabilizados de acordo com os valores de mercado e compatíveis com a vida útil dos mesmos, não tendo a Companhia identificado evidências que indiquem que o valor contábil possa ser não recuperável. Nesse sentido, observando as orientações constantes da NBC TG 01 (R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R2) - Imobilizado, a companhia avaliou que não há indicativo de perda por impairment e optou, em função da natureza dos referidos ativos e da pouca representatividade dos valores correspondentes, em depreciá-los de acordo com as taxas estabelecidas na legislação fiscal. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Conforme descrito na nota explicativa no 10, a companhia, dada sua condição de sociedade de economia mista, sujeita-se, conforme determina o artigo 173 da Constituição Federal, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributárias. Nesse sentido, utiliza o benefício fiscal da distribuição de divi-

Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(2.441.123)	(2.060.640)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	62.208.453	59.250.827
<b>Total</b>	<b>35.551.809</b>	<b>107.447.516</b>
<b>Pagamentos/Recebimentos</b>		
Dividendos/JSCP/Partes Beneficiárias Pagos	(42.744.713)	(25.678.083)
<b>Total das Atividades Operacionais Geradas (Consumidas)</b>	<b>164.663.662</b>	<b>178.770.207</b>
<b>16. Demais Informações</b>		

Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção, empresa constituída exclusivamente para prestar os serviços decorrentes do referido contrato de concessão. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R\$ 58 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contra garantia, entre a CPP e a CPTM em 19 de outubro de 2010. Tal operação conta com aprovação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e do Conselho de Administração da Companhia. Em 30 de Abril de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou, através da Assembleia Geral Ordinária, (i) Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício exercido em 31 de Dezembro de 2013, (ii) Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2013 e Capitalização da Reserva de Lucros constituídas em exercícios anteriores; (iii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes e mediante Assembleia Geral Extraordinária: (i) Proposta de alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, (ii) Eleição de membro do conselho da administração. A Assembleia Geral Ordinária aprovou a incorporação de parte dos Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$ 35.652.141, para subscrição em aumento de capital na proporção de suas participações no capital da companhia, bem como a incorporação da Reserva de Lucros constituída em exercícios anteriores no montante de R\$ 232.379.294, ao capital da Companhia, em conformidade com o inciso IV do artigo 200 da Lei das Sociedades Anônimas, passando o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 916.876.573 para R\$ 1.184.908.008. Em 22 de agosto de 2014 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada de Prestação dos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros da Linha 18 - Bronze da Rede Metroviária de São Paulo, com tecnologia de monotrilho, contemplando a implantação, operação, conservação e manutenção. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo e a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A., tendo como Interveniente Garantidora a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, no que se refere, exclusivamente, ao pagamento do valor correspondente a6 (seis) prestações mensais da Contraprestação Pecuniária que vigorará até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, através de penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado “BB CPP Projetos”, da qual a CPP é cotista exclusiva. Em 01 e 02 de setembro de 2014, foram assinados os Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços “Bata Cinza” e Manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo e Hospital Estadual de Sorocaba, pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A., tendo como Interveniente Garantidora a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, exclusivamente ao pagamento do valor de 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal, que vigorará até a liquidação final da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, através de penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado “BB CPP Projetos”, da qual a CPP é cotista exclusiva.

<b>Renato Vieira Pita</b> Contador - CRC 1SP215876/O-8	<b>Tomás Bruginski de Paula</b> Diretor - CPF: 092.553.068-98
---	--

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Contador</b>
<b>Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos</b> <b>Hamilton Chohfi</b> <b>Karla Bertocco Trindade</b> <b>Mario Engler Pinto Junior</b> <b>Philippe Vedolim Duchateau</b>	<b>Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos</b> <b>Cláudia Polto da Cunha</b> <b>Tomás Bruginski de Paula</b>	<b>Renato Vieira Pita</b> CRC 1SP215876/O-8

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, complementados por Notas Explicativas, Proposta de Destinação do Lucro Líquido, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nos exa-

mes realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes STAFF Auditores e Consultores S/S, sem ressalvas, datado de 26 de março de 2015, e na aprovação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2015, este Colegiado é de Parecer que o mencionado Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Contábeis estão em condições de ser submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer. São Paulo, 26 de março de 2015.

<b>STAFF Auditores e Consutores S/S</b> CRC/RS. 004632/O-S SP CNPJ 09.285.766/0001-34	<b>Francisco Inácio de Assis Rodrigues</b> Contador CRC/RS 027020/0 - 1S SP - Responsável Técnico
---	--

<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>
------------------------------	---------------------------------------